

MONITORIA BOLSISTA

VAGAS OCIOSAS 2022.2 - 2ª SELEÇÃO

BANCAS E HORÁRIOS DAS PROVAS

IUS590 - POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL

| | |
|--|----------|
| Membro 1 | EM BREVE |
| Membro 2 | EM BREVE |
| <u>Data e horário de aplicação: 09/11/2022, 09:00 às 10:00 horas.</u> | |
| <u>Link: em breve, através da plataforma Google Meet.</u> | |

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a) Políticas Públicas: conceito e histórico no Brasil. Instituições básicas e Normas Fundamentais.
- b) Instrumentos e Mecanismos Institucionais de criação, planejamento e aplicação.
- c) Participação popular. Políticas Públicas em áreas estratégicas: Educação, saúde, trabalho e seguridade social.
- d) Meios e ações em Políticas Públicas e Capacidades Institucionais.
- e) Judicialização das Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA:

1. DIAS, Reinaldo. Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012.
2. GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (Coords.) O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
3. SOUZA, José dos Santos. Trabalho, Qualificação e Políticas Públicas. São Paulo: 7 Letras, 2011.

IUF216 - HISTÓRIA DO DIREITO E PENSAMENTO JURÍDICO

| | |
|--|----------|
| Membro 1 | EM BREVE |
| Membro 2 | EM BREVE |
| <u>Data e horário de aplicação: 09/11/2022, 09:00 às 10:00 horas.</u> | |
| <u>Link: em breve, através da plataforma Google Meet.</u> | |

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a) Metodologia e fontes na história do direito.
- b) Abordagens teóricas (história crítica, história dos conceitos).

BIBLIOGRAFIA:

1. HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia – síntese de um milênio. 3 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003, p. 16-34.
2. KOSELLECK, Reinhard. História dos conceitos e história social. In: Koselleck, Reinhard. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006, p. 97-118.
3. NUNES, Diego. Codificação, re-codificação, descodificação? Uma história da justiça no Brasil Imperial a partir do Código de Processo Criminal de 1832. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 74, 2019, p. 135- 166.